

EXERCÍCIOS

1. Maquiavel inicia o célebre Capítulo XVIII da obra "O Príncipe" com a pergunta: "Está o príncipe obrigado a manter a própria palavra?", para em seguida desenvolver uma das mais instigantes teses já escritas sobre as relações entre ética e política, pois daí derivou a tese denominada Razão de Estado, até hoje aplicada. Em síntese, a distinção entre ética e política corresponde, na realidade, à distinção entre duas éticas diversas. Trata-se de uma diferença entre o que Max Weber chamou de ética da convicção e ética da responsabilidade. Em geral, o moralista, ou quem quer que aja moralmente, inspira-se na ética da convicção. O político, ao invés, geralmente se inspira na ética da responsabilidade. Trata-se da distinção entre dois modos, incompatíveis entre si, de julgar o que é bem e o que é mal: ou se adota um, ou se adota outro. Por ética da convicção se entende uma ética que julga as ações com base em algo que está antes da ação, ou seja, a algo que é anterior à ação, como são os princípios e as regras morais. Exemplo: os dez mandamentos. Se julgamos a ação com base naquilo que está antes da ação, com base nos princípios morais, diremos que é boa a ação que a eles corresponde, e má a ação que a eles não corresponde. Mas é também possível julgar uma ação com base não naquilo que a precede, mas naquilo que dela deriva, ou seja, com base nos resultados. Diremos, então, que uma ação é boa se obtém o resultado que tínhamos proposto, a má se não atinge o objetivo desejado. É fácil verificar que se tratam de dois juízos completamente diversos sobre a mesma ação. Pode acontecer, então, que uma mesma ação seja boa em relação aos princípios, e má em relação aos resultados. Geralmente, quando se fala em políticas imorais, quando se fala em maquiavelismo — já que essa expressão é sempre utilizada — entende-se que o fim justifica os meios. Quando se diz que o fim justifica os meios, a ação é julgada somente com base nos resultados, não importando se é má em relação aos princípios. O que importa é que seja boa em relação aos resultados.

Na história recente do Brasil o então Presidente da República Artur da Costa e Silva convocou o Conselho de Segurança Nacional para propor a adoção das medidas normativas que depois ficaram conhecidas como aquelas que representaram o recrudescimento do regime militar iniciado em 1964. Nessa ocasião os vários representantes do Primeiro Escalão do Governo foram instados a dar a sua referenda ao Ato Institucional nº 05, que veio a ser aprovado. Diante dos vários pronunciamentos feitos, são ilustrativas as palavras de Jarbas Passarinho, então Ministro do Trabalho: "... Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim e creio que a todos os membros desse Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece claramente que é esta que está diante de nós. Eu seria menos cauteloso que o próprio Ministro das Relações Exteriores (Magalhães Pinto) quando disse que não sabe se o que restou caracterizaria a nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial, eu admitiria que ela é ditatorial. **Mas às favas, Sr. Presidente, neste momento, com todos os escrúpulos de consciência.** E quando nós encontramos a necessidade de tomar uma decisão fundamental tudo aquilo que fundamental é em condições normais passa a ser secundário em condições anormais. ... Com toda a minha vocação libertária e não liberticida, eu acho também, que cumprindo o dever para comigo e para com o meu país, eu aceito uma nova revolução."

Pergunta: Levando-se em conta as observações postas acima quanto a ética da convicção e a ética da responsabilidade, discorra sobre o pronunciamento de Jarbas Passarinho, com a abordagem, necessariamente, das seguintes questões: Onde seriam enquadrados, sob o ponto de vista da ética, os "escrúpulos de consciência" de que falou o ministro? O abandono dos "escrúpulos de consciência" tornou o ministro um "imoral monstro moderno" ou a sua ação poderia ser eticamente justificada em algum outro sentido? Qual?

2. Considere as seguintes afirmações:

- O Princípio da Legalidade é fruto de uma evolução histórica que culminou (e dali continuou a se aperfeiçoar) na Magna Carta inglesa de 1215 e que teve no seu nascedouro o embate travado entre governantes e governados no que pertence ao consentimento com relação a imposição tributária.
- As normas jurídicas constantes da Carta Magna de 1215 se distinguem dos documentos tipicamente medievais, pois, a partir de sua promulgação pelo Rei João Sem Terra, a norma jurídica moderna, limitando o poder do soberano que a ela deve se submeter, passou a ser específica (não mais genérica), concreta (não mais abstrata) e a ter eficácia somente em relação as pessoas que com ela consentirem (não mais com eficácia geral).
- A passagem do Estado Liberal para o Estado Social está a exigir uma nova concepção de norma jurídica e, em consequência, do Princípio da Legalidade, vez que o Poder Executivo é cada vez mais chamado a desempenhar a função legislativa. Em razão disso um dos maiores problemas que os juristas enfrentam na atualidade é a necessidade de reformulação do Princípio da Tripartição dos Poderes.
- As normas jurídicas modernas, ao contrário daquelas tipicamente medievais, são genéricas, abstratas e com eficácia contra todos (geral), garantindo uma igualdade formal e material (econômica) entre os homens.

A partir das afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- () "a", "b" e "c" são verdadeiras.
- () "b" e "c" são falsas.
- () todas as afirmações são falsas.
- () "a" e "c" são verdadeiras.
- () "a", "c" e "d" são falsas.

3. Decomponha os seguintes dispositivos legais retirados, aleatoriamente, do Código Civil e do Código Penal:

Art. 184. Violar direito autoral:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Art. 235. Contrair alguém, sendo casado, novo casamento:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Art. 260. Impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro:

(...);

II - colocando obstáculo na linha;

(...).

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

4. Veja o que dizem os seguintes dispositivos da Constituição Federal de 1988:

A) “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI — instituir impostos sobre:

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.”

B) “Art. 173. (...).

§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.”

C) “Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.”

D) “Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.”

E) “Art. 225. (...):

§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

A partir dos dispositivos acima transcritos, vê-se que alguns deles têm a característica típica das normas jurídicas do século XX, em que a sanção deixa de ser vista apenas como uma técnica de desencorajamento a partir de conseqüências desagradáveis ao violador da norma (sanções negativas típicas do século XIX), passando a ser utilizada também como técnica de encorajamento (sanções positivas). Outros dos dispositivos acima estabelecem sanções negativas.

Identifique os dispositivos acima que contêm sanções positivas e negativas e, após, assinale a única alternativa correta dentre as seguintes:

I — () “a”, “b” e “c” estabelecem sanções positivas.

II — () “b” e “c” estabelecem sanções negativas.

III — () todos os dispositivos estabelecem sanções positivas.

IV — () “a” e “c” estabelecem sanções negativas.

V — () “a”, “c” e “d” estabelecem sanções positivas.

5. Leia o seguinte dispositivo da Constituição Federal de 1988:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...);

X — regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI — trânsito e transporte;”

Considerando o dogma da Unidade do Ordenamento Jurídico (que leva à concepção da norma fundamental gnosiológica) e o dispositivo constitucional acima, é possível dizer que a recente Lei Estadual (do Paraná) que proíbe a exportação, pelos portos do Paraná, de produtos agrícolas geneticamente modificados (transgênicos) é válida? Por quê? (1,0)

6. Em 03 de maio de 2002 o Sr. Quincas Borba veio a falecer, deixando 3 (três) filhos, sendo que dois deles são filhos de sua esposa Capitu e o terceiro nasceu de um caso extraconjugal que mantinha com a Madame Bovary. O falecido deixou um testamento (datado em 02 de maio de 2002) contendo disposição que atribui ao filho mais velho que teve com Capitu o poder de decidir o montante da herança (quinhão) que caberia ao filho havido com Madame Bovary.

Os filhos de Capitu, a partir da disposição contida no testamento, decidiram que o filho de Madame Bovary não teria direito a nenhum quinhão da herança deixada pelo pai comum.

Irresignado, o filho que fora preterido na divisão de bens (filho de Madame Bovary) propôs uma Ação Judicial com o intuito de receber o quinhão a que entende fazer jus, pois sendo descendente direto do falecido tem prioridade legal na linha de sucessão hereditária.

Ao contestarem a Ação Judicial proposta pelo filho de Madame Bovary, os filhos de Capitu utilizaram dois argumentos, a saber: a) que o testamento deixado pelo pai comum atribui ao mais velho deles o poder de decidir o montante que caberia ao filho “ilegítimo”, razão pela qual estava legitimado a decidir que nada caberia a este último, como de fato decidiu; e b) que o filho de Madame Bovary é ilegítimo (concebido de uma relação espúria) e, portanto, não possui qualquer direito. Para tanto os filhos de Capitu invocaram o artigo 383 da Lei Federal (ordinária) nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil Brasileiro).

Em sua réplica o filho de Madame Bovary afirma que o testamento é nulo, invocando para tanto o artigo 1.667 do mesmo Código Civil Brasileiro. Além disso, afirmou que não pode haver distinção ou qualquer tipo de discriminação entre filhos — sejam eles concebidos na constância do casamento ou fora dele — sendo portanto inconcebível a diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, o que é coisa do passado. Fundamentando seu posicionamento, invoca que deve ser aplicado o artigo 20 da Lei Federal (ordinária) nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), razão pela qual entende que faz jus a uma parte da herança deixada pelo seu pai, independentemente do fato de ter sido concebido a partir de uma relação adúltera.

Pelo que se viu, há várias normas em conflito, cuja entrada em vigor, pela ordem cronológica, é a seguinte:

LEI FEDERAL (ordinária) Nº 3.071/1916 (Código Civil Brasileiro de 1916)

Dispositivo invocado pelos filhos de Capitu:

“**Art. 383.** O filho ilegítimo não reconhecido pelo pai não terá direito ao recebimento de herança por ocasião do falecimento daquele.”

Dispositivo invocado pelo filho de Madame Bovary:

“**Art. 1.667.** É nulo o testamento que deixe ao arbítrio de algum dos herdeiros o poder de fixar o quinhão a que fazem jus os demais herdeiros.”

LEI FEDERAL (ordinária) Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Dispositivo invocado pelo filho de Madame Bovary:

“**Art. 20.** Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”

TESTAMENTO DEIXADO PELO SR. QUINCAS BORBA EM 02 DE MAIO DE 2002

Dispositivo invocado pelos filhos de Capitu:

“O filho mais velho que tive com a Sra. Capitu fixará o quinhão da herança a que fará jus o filho que tive com Madame Bovary.”

Você é o juiz competente para solucionar o conflito acima descrito, cujo universo de normas passíveis de ser aplicadas está em franca oposição: a) os filhos de Capitu entendem que o filho de Madame Bovary, por ser ilegítimo, não tem direito a nenhuma herança, a teor do contido no Código Civil (art. 383), além do que o testamento do pai atribuiu ao filho mais velho de Capitu o poder de decidir o quinhão a que faria jus o filho de Madame Bovary, de modo que de forma legítima e em conformidade com o testamento foi decidido que nenhuma herança caberia a este último; e b) o filho de Madame Bovary entende que deve ser aplicado o artigo 20 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe qualquer distinção entre filhos, além de considerar nula a estipulação testamentária que atribui a um dos herdeiros o poder de decidir o quinhão a que farão jus os outros herdeiros (art. 1.667 do Código Civil Brasileiro).

Resolva o caso acima da seguinte forma:

A) Das normas invocadas (legais e testamentária) retire aquela(s) que você considera inválida(s), justificando o por quê de sua posição a partir da noção de Unidade do Ordenamento Jurídico;

B) Das normas que, a seu ver, permanecem válidas no sistema, localize a(s) antinomia(s) e, dos critérios passíveis de ser utilizados para a(s) sua(s) solução(ões), aplique o mais apropriado para o caso em questão, justificando a sua resposta.

7. Suponha-se que a Câmara Municipal de Curitiba-PR tenha aprovado a seguinte lei, sancionada, promulgada e publicada na mesma data:

“Lei Municipal nº 28, de 10 de fevereiro de 2005:

Art. 1º. Ficam proibidos os passeios com animais domésticos nos parques da cidade, sob pena de uma multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Em 15 de fevereiro de 2005 a Sra. Capitu resolveu passear com sua iguana pelo Parque Barigüi, o que ensejou a aplicação contra a mesma, pela fiscalização municipal, de uma multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com base no artigo 1º da Lei Municipal nº 28/2005.

Em sua defesa a Sra. Capitu afirma que o dispositivo legal invocado pelo Município não se aplica em casos como o dela, vez que estava a passear com um animal selvagem e não com um animal doméstico, como diz a Lei. O procurador do Município, por seu turno, diz que a Lei deve ser aplicada também nos casos de passeios com animais selvagens, pois a vontade da norma é preservar (tutelar) a tranquilidade pública e a limpeza dos parques, de modo que os animais selvagens também estão proibidos.

Está-se diante de um caso típico de lacuna, pois em rigor não existe nenhuma lei específica que regule o caso acima narrado, cabendo ao intérprete integrar o sistema jurídico preenchendo a lacuna, eliminando-se assim a incompletude, que não pode ser tolerada.

Visando integrar o sistema no presente caso, há duas linhas de argumentação (uma defendida pela Sra. Capitu e outra pelo Município de Curitiba) que levam a resultados diametralmente opostos, pois no primeiro deles a cidadã ganha e o Município perde e no segundo se dá o contrário. Pergunta-se:

A) Qual o tipo de argumento utilizado pela Sra. Capitu e, por outro lado, qual o tipo de argumento utilizado pelo Município de Curitiba-PR?

B) Existe algum critério científico que possa solucionar este problema, a ponto de indicar qual dos dois argumentos deve sair vencedor?

8. O que significa **criar um tributo**? E **como deve ser efetivada** tal criação no Brasil?

9. O que é e como se estrutura a **Regra-Matriz de Incidência Tributária**? Ela é constitucional ou infraconstitucional?

10. Em termos semânticos, é **possível traçar um paralelo** entre as expressões “**fato gerador**” e “**base de cálculo**”?

11. Qual o significado da regra “**solve et repete**”? Ela está presente no **Direito Positivo Tributário nacional**?

12. Por quais meios o legislador pode obter **majoração de tributos**?

13. Os impostos referidos no artigo 153, § 1º, do texto constitucional são realmente **exceções à Legalidade Tributária**? Justifique.

14. Em face do disposto no artigo 61, § 1º, II, b, a quem pertence a iniciativa das leis em matéria tributária no Brasil? O dispositivo do artigo 165, I a III e § 6º, traz algum subsídio ao tema?

15. Qual é, no seu entender, o âmbito do **Direito Financeiro**?

16. Estabeleça a(s) distinção(ões) entre **Receitas Originárias** e **Receitas Derivadas**.

17. Descreva brevemente o campo do **Direito Tributário**.

18. Desenvolva algumas rápidas reflexões quanto à **autonomia do Direito Tributário**.

19. Sinteticamente, escreva acerca das **relações do Direito Tributário** com o Direito Constitucional, com o Direito Administrativo e com o Direito Privado em geral.

20. Que distinções lhe ocorrem existir entre o **Direito Tributário Positivo** e a **Ciência do Direito Tributário**?

21. Que distinções lhe ocorrem existir entre a **Ciência do Direito** e a **Teoria Geral do Direito**?

22. A **Iniciativa** é uma fase do **processo legislativo**? Defina-na.

23. De acordo com o seu entendimento, a necessidade de maior competência técnica e de maior agilidade justificam ou não a **atribuição de funções normativas aos executivos** modernos?